



4437849



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ata da 325ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Datas: 15 e 16/05/2024

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias quinze e dezesseis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Auditório Ana Paula Crossara, 8º andar e no 10º andar Sala Plenária, foi realizada a Trecentésima Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. **Estiveram presentes dia 15/05/2024:** Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Maria Gutenara Martins Araujo (MDHC); Marcelo Aguiar Cerri (MPO); Mariangela Ferreira Andrade (MinC); Marina De Pol Poniwas (CFP); Synésio Batista da Costa (ABRINQ); Bruno Wrýpätwir Kanela (MPI); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida) e Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano). **Convidados:** Lucas Arruda C. Muniz (FLACSO); Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Nancy Soares Torres (FLACSO); Flávia Landgraf (FLACSO); Ricardo Melo (FNDCA/OAB); Leticia Rodrigues (FNDCA); Salete Valesan (FLACSO); Maria Isabel da Silva (FLACSO); João Carlos Gonçalves (ONCB); Carla Rodrigues (CEDCA/MS). **No dia 16/05/2024 estiveram presentes:** Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Luísa Raquel Alves Espíndola (SNJ); Maria Gutenara Martins Araujo (MDHC); Marina De Pol Poniwas (CFP); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Renata Nepomuceno e Cysne (IBDFAM). **Convidados:** Nancy Soares Torres (FLACSO); Sara Hussein G. de Figueiredo (FLACSO); Lucas Arruda C. Muniz (FLACSO); Ricardo Melo (FNDCA/OAB); João Carlos Gonçalves (ONCB); Maria Isabel da Silva (FLACSO); Francine Junqueira (UMBRASIL).

Dia 15/05/2024 – Abertura da 325ª Assembleia Ordinária do Conanda: A Presidente Marina De Pol Poniwas iniciou a reunião com a apresentação da **pauta dos dias quinze e dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro:** 1. Abertura da 325ª Assembleia do Conanda A) Informes da Secretaria Executiva do Conanda; B) Relato do Comitê de Participação de Adolescente – CPA; C) Relatoria da Comissão Permanente de

Mobilização e Formação – CMF; D) Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; E) Relatoria do GT Sinase; F) Encaminhamentos finais; G) Encerramento. 2. Reabertura da 325ª Assembleia Ordinária do Conanda com Leitura da Ordem do dia; A) Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos Finanças – COF; B) Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; C) Encaminhamentos finais. D) Encerramento da 325ª Assembleia Ordinária. Continuamente, A Sra. Marina De Pol Poniwas enfatizou a urgência de enfrentar as causas estruturais dessa violência, destacando a persistência da violência de gênero no país como um fator crítico. Convocou os membros do Conselho e a sociedade brasileira a unirem esforços para implementar ações efetivas em conjunto com o governo, visando proteger as vítimas e prevenir situações semelhantes no futuro. Em seguida passou para chamada dos presentes e a abertura para manifestações individuais. A Sra. Elisa, abordou a necessidade de discutir soluções sustentáveis para os desafios climáticos e estratégias de produção de alimentos que envolvam a juventude, destacando a importância da agroecologia como uma alternativa viável. Em seguida, o Sr. Beto, expressou solidariedade às famílias afetadas pela calamidade no Rio Grande do Sul e criticou o silêncio da mídia em relação às pessoas com deficiência afetadas pela tragédia. Chamou a atenção para a necessidade de respostas rápidas e eficazes por parte das autoridades governamentais para mitigar os impactos sobre os mais vulneráveis. A Sra. Daisy enfatizou a importância de estabelecer protocolos claros de proteção para crianças e adolescentes em situações de emergência, visando evitar tragédias semelhantes no futuro e garantir seus direitos fundamentais. Sequencialmente, a Sra. Marina De Pol Poniwas encerrou a reunião propondo a aprovação de uma recomendação que abrange orientações para os conselhos tutelares e de direitos, bem como para os abrigos temporários e situações de orfandade. Reiterou que a justiça climática deve ser um tema central nas agendas futuras do Conanda, orientando políticas públicas que assegurem a proteção integral das crianças e adolescentes. A reunião concluiu com a chamada dos presentes e a abertura para manifestações individuais, reafirmando o compromisso coletivo em enfrentar os desafios emergentes com responsabilidade e determinação. Durante a reunião, diversos representantes manifestaram solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul, elogiando os esforços do Conanda e ressaltando a importância de aprimorar os documentos emergenciais. A Sra. Marina De Pol Poniwas, destacou a preocupação com relatos de abuso sexual em abrigos provisórios e a necessidade de enfrentar a violência de gênero. Representantes do Ministério da Saúde, Planejamento, Cultura, Povos Indígenas, Esporte, e da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente destacaram ações e a importância da solidariedade nacional. A necessidade de protocolos de emergência, apoio psicológico e proteção para crianças e adolescentes foi enfatizada, assim como a importância da agroecologia e da inclusão de pessoas com deficiência no discurso midiático. A Sra. Marina De Pol Poniwas propôs a aprovação de uma recomendação abrangente destinada a orientar conselhos e abrigos temporários, visando à proteção e prevenção de tragédias futuras. Durante a reunião, também foram discutidas as ações climáticas e seus impactos nos direitos fundamentais da juventude. Os participantes, incluindo representantes de entidades como Faculdade Latino-

Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Fórum Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (DCA), reiteraram solidariedade às vítimas no Sul do país e apoiaram iniciativas para enfrentar emergências climáticas e sociais em todo o Brasil. A Sra. Izzy de Sergipe destacou a participação ativa das representações sergipanas nas reuniões do SEDCA, visando à construção dos Conselhos de Proteção da Infância e Adolescência (CPAs) nos âmbitos estadual e municipal. Além disso, trouxe à tona a grave situação no Rio Grande do Sul, mencionando os números alarmantes de mortos, desaparecidos e afetados, especialmente crianças e adolescentes. A Sra. Izzy ressaltou a urgente necessidade de assistência psicológica para lidar com os traumas e transtornos resultantes, além das dificuldades enfrentadas no acesso à alimentação e à educação de qualidade pelas vítimas. Por sua vez, a Sra. Raíssa de Goiânia relatou os avanços do CPA de Goiás após a conferência nacional, destacando o aumento do engajamento dos adolescentes nas reuniões mensais do conselho, organizadas por coordenações temáticas como educação, direitos humanos, combate ao trabalho infantil e saúde. A importância dos eventos culturais mensais promovidos pelo CPA, incluindo atividades de poesia, artes e música, foi enfatizada, assim como a formação em parceria com a UNESCO para fortalecer os CPAs municipais em Goiás. No que se refere ao CPA do Rio de Janeiro, foi mencionado o desafio persistente da inatividade, apesar da sua existência formal. A discussão ressaltou a necessidade premente de tornar os CPAs efetivamente operacionais em todo o país, demandando maior apoio dos conselhos estaduais para assegurar que as vozes das crianças e adolescentes sejam verdadeiramente ouvidas e atendidas. Foi observada também a falta de implementação eficaz dos CPAs em muitas localidades, devido a obstáculos políticos, técnicos e de comunicação, sendo enfatizada a necessidade de identificar e superar tais desafios para garantir o pleno funcionamento desses conselhos. A Sra. Débora destacou a importância de envolver diversos setores da sociedade, incluindo empresários, no apoio ao fortalecimento e implementação dos CPAs, além de assegurar recursos adequados para sua operação. A inclusão de representantes da sociedade civil, especialmente de organizações diretamente envolvidas com crianças e adolescentes, foi proposta como estratégia para enriquecer o debate e fortalecer a implementação de políticas públicas voltadas para essa faixa etária. A participação ativa dos adolescentes nas discussões sobre questões relevantes para suas realidades locais foi destacada como um avanço significativo nas conferências estaduais e municipais. Reconhecendo sua importância para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, reiterou-se a necessidade de expandir e fortalecer esses espaços de participação juvenil. Além disso, foi amplamente discutida a importância de garantir acesso universal à educação de qualidade para todos os adolescentes, assim como a urgência de combater o trabalho infantil e proteger os direitos das crianças em situações de vulnerabilidade social. A implementação de políticas de inclusão digital também foi mencionada como essencial para garantir que todos os jovens tenham acesso às oportunidades oferecidas pela tecnologia. Foi destacada a necessidade premente de fortalecer as redes de proteção à infância e adolescência, incluindo a capacitação dos profissionais que atuam nesses serviços, como uma prioridade para efetivar os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A conferência também enfatizou a importância de promover a saúde

mental e emocional dos adolescentes, especialmente em contextos de crise e emergência, como desastres naturais ou situações de violência. Foi ressaltada a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte psicológico adequado e acessível para os jovens que enfrentam traumas e dificuldades emocionais. **Dia 16/05/2024 – 325ª Assembleia Ordinária do Conanda:** A reunião foi iniciada pela Sra. Maria Gutenara, que apresentou o documento elaborado pela SNDCA em resposta à provocação da Comissão Permanente de Proteção (CPP), com o objetivo de assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes em cenários de riscos e desastres climáticos. Este documento foi concebido com base nas diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e em protocolos anteriores, destacando a necessidade urgente de sua aprovação imediata devido à gravidade da situação emergencial. A Sra. Ana detalhou as medidas propostas para garantir a segurança e o bem-estar das crianças e adolescentes afetados por desastres. Entre as propostas, a Sra. Ana sugeriu a criação de uma listagem nominal atualizada de todas as crianças e adolescentes nos abrigos e alojamentos provisórios, com a disponibilização de identificação visível, como pulseiras ou crachás. Além disso, propôs restrições ao deslocamento de crianças desacompanhadas dos pais, exceto em casos de tratamento médico autorizado, com registro e autorização pela coordenação do abrigo e comunicação ao Ministério Público e Conselho Tutelar em casos de transferência de local. A Sra. Ana recomendou medidas para identificação provisória de crianças ou adolescentes desacompanhados, utilizando dados biográficos, autodeclarados ou biométricos, com encaminhamento para espaços seguros e registro nos comitês competentes para adoção de medidas necessárias. Em relação ao acolhimento familiar ou institucional, a Sra. Ana enfatizou a importância de avaliações técnicas para colocação transitória sob cuidados de familiares extensos ou pessoas com vínculos afetivos. Também propôs medidas alternativas como guarda subsidiada para crianças ou adolescentes sob proteção de familiares extensos, além de apoio material e psicossocial prioritário às famílias acolhedoras. Outros pontos abordados pela Sra. Ana incluíram a organização de bases descentralizadas para emissão de documentos e a garantia de registro na certidão de óbito quando crianças ou adolescentes são deixados em orfandade devido a desastres. Ela também propôs ações prioritárias em saúde, como visitas regulares de equipes de saúde aos abrigos para mapear necessidades, especialmente em saúde mental e cuidados de urgência e emergência. Durante a reunião, também foi discutida a importância da orientação de crianças e adolescentes sobre seus direitos, incentivando a comunicação de situações desconfortáveis ou suspeitas a adultos de confiança. A Sra. Ana enfatizou a necessidade de equipes informadas sobre serviços para vítimas de violência sexual e de gênero, promovendo a participação ativa de crianças e adolescentes em processos que as afetam. A discussão entre a Sra. Maria Gutenara, a Sra. Eliana, o Sr. Paul Conrathe e a Sra. Rafaela Freitas sobre a estruturação de conselhos estaduais e municipais para proteção à criança e ao adolescente refletiu a importância da articulação entre esses conselhos, sendo o Conselho Municipal responsável pela coordenação do Sistema de Garantia de Direitos no âmbito local. A Sra. Leoneia abordou a utilização de recursos do fundo para criança e adolescente em situações de emergência ou calamidade pública, destacando a

flexibilidade na aplicação desses recursos conforme decisões colegiadas durante períodos de calamidade. Em seguida, a Sra. Ana apresentou propostas para melhorar a gestão e controle dos abrigos após emergências, enfatizando a necessidade de uma resposta coordenada desde o início do incidente, incluindo a participação ativa do sistema municipal de assistência social. Problemas iniciais de falta de controle sobre o número de abrigos e pessoas, especialmente crianças, foram discutidos, assim como relatos preocupantes sobre abrigos sendo utilizados para outros fins que não o acolhimento inicial. A necessidade de suporte psicológico adequado para crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade foi ressaltada pela Sra. Ana, que propôs padronizar termos e garantir clareza nas recomendações para facilitar a implementação prática das medidas discutidas. Outros temas discutidos incluíram a criação de um canal direto com o CONANDA e a inclusão de povos e comunidades tradicionais, especialmente os de matriz africana, nas diretrizes e ações propostas pelo conselho. Foram destacadas pela Sra. Ana ações para promover os direitos de crianças e adolescentes em situações de desastre, buscando inclusão e equidade nas políticas adotadas. Encaminhamentos: Enviar ofício ao Conselho Federal de Psicologia, CFP, e ao Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas, LGBTQIA+, convidando a participar ativamente das próximas reuniões, com o objetivo de garantir sua contribuição efetiva nas discussões em curso. Solicitar à Secretaria Executiva do CONANDA que providencie os ofícios necessários para dar continuidade às ações propostas durante a reunião. Realizar uma pesquisa abrangente sobre as violências sofridas por crianças e adolescentes com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, sendo estruturado utilizando os recursos disponíveis por meio do Programa de Documentação, PRODOC. Concluídos os encaminhamentos, a Sra. Ana declarou encerrada a reunião.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, lavrei esta Ata

VERENA MARTINS DE CARVALHO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Verena Martins de Carvalho, Coordenador(a)-Geral**, em 15/07/2024, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4437849** e o código CRC **C8E1353B**.